ANAIS DO
V ENCONTRO DE
PESQUISA JURÍDICA
Anhanguera
O DIÁLOGO ENTRE A SOCIEDADE,
O ESTADO E A CONSTITUIÇÃO –
SÉRIE ESPECIAL:
O DIREITO E AS NOVAS TECNOVOLOGIAS

O DIREITO E AS NOVAS TECNOLOGIAS

Autor(res)

Suelen Alves Caldeira
Vamberth Soares De Sousa Lima
Habib Ribeiro David
Kannandha Nunes Costa
Eduardo Augusto Gonçalves Dahas

Categoria do Trabalho

Trabalho Acadêmico

Instituição

FACULDADE ANHANGUERA DE RIBEIRÃO DAS NEVES

Introdução

A constante evolução tecnológica tem provocado profundas transformações em diversas áreas da sociedade, incluindo o Direito. O surgimento de ferramentas como inteligência artificial, blockchain, internet das coisas e big data tem impactado diretamente as formas de interação, consumo, trabalho e, especialmente, as relações jurídicas. Nesse cenário, o Direito precisa se reinventar para acompanhar a velocidade das inovações, criando normas e interpretando os princípios existentes de maneira compatível com os novos desafios. Questões como privacidade de dados, crimes cibernéticos, contratos inteligentes e regulação de algoritmos são apenas alguns dos temas que exigem respostas jurídicas eficazes. Assim, o Direito das Novas Tecnologias surge como um campo dinâmico e interdisciplinar, que busca equilibrar inovação e segurança jurídica diante de uma realidade cada vez mais digital e conectada.

Objetivo

Este artigo visa analisar por meio de pesquisas sobre o tema, desafios e oportunidades que as novas tecnologias apresentam ao direito, dando destaque para a necessidade de atualização legislativa e ética profissional que surgiu com a evolução da tecnologia.

Material e Métodos

Esta pesquisa foi feita baseada por meio de pesquisas bibliográficas e documentais. Foram consultadas fontes acadêmicas, artigos científicos e legislações sobre o tema, com o objetivo de compreender a interação entre Direito e Tecnologia. Destaca-se as contribuições de autores como Patrícia Peck, que discute sobre o Direito Digital como uma evolução do próprio Direito, abrangendo todas as suas áreas tradicionais, introduzindo novos institutos jurídicos. Além disso, foram analisadas documentos legais como o marco civil da internet (Lei n° 12.965/2014) e a lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (Lei n° 13.709/2018), que estabelecem princípios e garantias fundamentais para o uso da internet e a proteção de dados pessoais no Brasil. Essa metodologia adotada permitiu uma compreensão melhor das transformações jurídicas decorrentes das inovações tecnológicas.

Resultados e Discussão

A pesquisa feita, revelou-se que as novas tecnologias estão redefinindo o panorama jurídico. A Inteligência artificial por exemplo, já é utilizada na análise de documentos e na previsão de decisões judiciais, levantando questões sobre imparcialidade e responsabilidade. O Blockchain introduz os contratos nteligentes que executam automaticamente, cláusulas contratuais, desafiando os modelos tradicionais de contratos, e exigindo uma nova regulamentação. A proteção de dados tornou-se central, especialmente com a implementação da Lei (LGPD) no Brasil, que tem o objetivo de estabelecer diretrizes para o tratamento de informações pessoais. Além disso, com a segurança digital, foi implementado um novo direito humano, que reconhece a necessidade de proteger os indivíduos no ambiente virtual. Essas atualizações exigem que os profissionais do Direito adquiram competências tecnológicas e adaptem suas práticas para garantir a efetividade dos direitos na sociedade digital.

Conclusão

O Direito enfrenta o desafio de se reinventar e adaptar-se às rápidas transforma tecnologias, exigindo uma abordagem flexível e interdisciplinar. A regulamentação eficaz das novas tecnologias é fundamental para garantir a proteção dos direitos fundamentais e a segurança jurídica. É imprescindível que os profissionais do Direito estejam preparados para lidar com as complexidades do mundo digita, assim, promovendo uma atuação ética e eficiente.

Referências

PECK, Patrícia. Direito Digital. Ed. Saraiva, 2007.

BRASIL. Lei nº 12.965, de 23 de abril de 2014. Marco Civil da Internet. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2014/lei/l12965.htm

BRASIL. Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018. Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2018/lei/l13709.htm

DIREITO DIGITAL: 5 livros para se aprofundar neste tema. Disponível em: https://conteudo.saraivaeducacao.com.br/juridico/direito-digital/

COMPREENSÃO DO DIREITO EM UM CENÁRIO DE NOVAS TECNOLOGIAS. Disponível em: https://www.scielo.br/j/rdp/a/n9zsxdP7z49kC475XQHnJ5h/?format=pdf